

Jean-Frédéric Schaub, Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640), Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

Director do Centre d'Études Portugaises da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, onde é também professor, Jean-Frédéric Schaub especializou-se no estudo do processo de construção do Estado moderno nas sociedades ibéricas, sendo autor de publicações como *Recherche sur l'histoire de l'état dans le monde ibérique. XI^{ème}-XX^{ème} siècles* (1993); *L'Histoire politique sans l'état: mutations et reformulations* (1993); *La Penisola Iberica nei secoli XVI e XVII: la questione dello stato* (1995), *Les figures de l'administrateur* (1997) ou *Les juifs du roi d'Espagne* (1999), o que o coloca bem à vontade no tratamento dos poderes ibéricos de Antigo Regime, incluindo, naturalmente, a questão da união dinástica entre Portugal e Castela. Com o livro *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Schaub enquadra-se nos estudos mais recentes acerca deste tema, que procuram rever o tipo de apropriação científica e ideológica que dele se fez até anos recentes e dar-lhe uma nova perspectiva. Daí que a obra surja integrada na colecção «Temas de História de Portugal» dos Livros Horizonte, cujo objectivo é divulgar de forma simples, mas não simplista, a renovação que a historiografia portuguesa tem vindo a conhecer desde há quinze anos no sentido de abordar os objectos de estudo tendo em conta a moldura

mental contemporânea dos seus agentes humanos. Mais visível no campo das estruturas político-culturais, esta historiografia mostra-se sensível à gestão que cada época fez dos seus campos sociais e religiosos e ao modo como as relações de poder se processavam quotidianamente.

Embora a questão da desmontagem da historiografia tradicional e da desmistificação da ideia de pátria usurpada que se insurge contra os ocupantes seja importante neste estudo, a grande novidade desta obra, donde lhe advém o interesse, reside no modo como Schaub apresentou os seus dados, expondo-os temática e não cronologicamente, escapando à habitual apresentação ternária baseada nos reinados dos Filipes.

Dividida em duas partes principais, a obra agrupa, por um lado, o que o autor designa por «As formas da composição», isto é, os factores propícios à união das coroas, presentes ao longo de todo o período em análise e resumidos por Schaub na expressão «os três motores da união»: «[...] a herança, a força e a negociação [...]» (p. 17), e, por outro, «As fontes da discórdia», factores contrários à união, que também se mantêm ao longo da dita cronologia. Ao abandonar a análise tradicional de que com D. Filipe I não houve descontentamentos e que foi D. Filipe III o responsável pelo declínio do poder dos Habsburgos espanhóis, o autor possibilita uma visão mais lata e interactiva do conjunto de forças então existentes no reino de Portugal, com as quais estes monarcas tiveram

de conviver e lidar para preservarem o seu próprio poder. A organização da obra nestes termos deixa clara a singularidade deste período: o reino português, confrontado directamente com realidades exteriores, viu realçadas como nunca tanto as suas especificidades como os factores que detinha em comum com esse mesmo exterior e que o tornavam parte da cristandade ocidental e das sociedades peninsulares.

A análise político-cultural que o autor se propõe ao longo da obra não lhe permitiria outro tipo de abordagem. As linhas culturais, religiosas, políticas e económicas condutoras de ambas as sociedades são demasiado próximas e compatíveis nos interesses para que, lucidamente, se pudesse ainda proceder a uma separação simplista da realidade baseada na pessoa régia. Para mais, há que ter em conta «[...] as formas de agregação territorial próprias das monarquias de Antigo Regime» (p. 9): a subida de D. Filipe I ao trono de Portugal não foi, para a sensibilidade da época, mais do que uma sucessão natural, já que este era um dos pretendentes ao trono com maior legitimidade para o ocupar. De facto, a ideia de usurpação do trono por um monarca estrangeiro foi enfatizada, forjada mesmo, posteriormente (só surge no século XIX, com o liberalismo e o romantismo, sendo continuada pelo republicanismo e pelo Estado Novo), por aqueles a quem o autor chama «arqueólogos da nacionalidade»: nos discursos setecentistas de justificação da Restauração e legitimização de D. João

IV, a perda da coroa portuguesa pelos Habsburgos não surge como revolta contra a união dinástica com um estrangeiro, mas sim como reposição do modelo justo e legítimo de gestão da coroa, num cenário de oposição à relação reino-rei e à interpretação dos acordos de Tomar adoptadas por Olivares e sua facção cortesã.

Se é verdade que o estigma da presença de monarcas considerados estrangeiros esteve presente nas mentes de alguma população portuguesa logo desde o início e que houve resistências à subida ao trono de D. Filipe I, tal foi, não uma demonstração inequívoca da existência de um forte sentimento de nacionalismo, mas sim a demonstração de alguma apreensão pela ausência do monarca de Lisboa e do território português e de insatisfação pela dificuldade da grande nobreza portuguesa em estabelecer laços sociais directos com o seu monarca. Portanto, «[...] não é possível compreender a captação de Portugal segundo o modelo habitual da conquista territorial do mais fraco pelo mais forte» (p. 11), tanto porque tal não foi sentido assim na época como porque a junção destes reinos teve aspectos vantajosos para ambas as partes. O grau de autonomia com que o reino português foi mantido, a nível prático e simbólico, não permite falar de anexação deste reino por Castela. As armas reais adoptadas por Filipe II demonstram bem o posicionamento português nos seus domínios: o lugar central ocupado pelas quinas, entre as armas de Castela e as de Aragão, pa-

tenteia a sua condição de reino integrado nos domínios filipinos. A coroa portuguesa passava a ser da casa de Filipe II e seus herdeiros, e não de Castela, e era mantida com o estatuto de reino.

No fundo, Schaub propõe-se estudar este período por forma a compreender quais os elementos civilizacionais nele presentes e o modo como estes condicionaram (integrando e/ou separando) a dinâmica da união dinástica: o exemplo que Schaub desenvolve logo no início da sua exposição, relativo à cultura, à língua (o uso simultâneo do português e do castelhano) e à história do espaço comum então designado por Hispânia, é paradigmático da coexistência permanente destes dois elementos antagónicos, mas complementares, de identificação/aceitação e de distinção/repulsa.

A religião surge como o factor primordial e essencial do entendimento entre estas coroas (é o único agente que não comporta elementos de discórdia): o seu passado comum de reconquista e de cruzada marroquina forneceu-lhes um forte sentimento de identificação mútua, materializado nas manobras militares conjuntas e no resgate dos cativos de 1578. Sentimento exacerbado pela posição de baluarte católico que o bloco ibérico assumiu face à emergência do protestantismo. Fervorosos militantes do ideal escatológico de defesa da fé e sua propagação, os «fidelíssimos» monarcas de Habsburgo não fizeram mais do que manter o estatuto régio de braço armado

da Igreja existente há séculos no reino português, respeitando a autonomia do Santo Ofício de Portugal e mantendo a atitude de vigilância sobre os hereges, cristãos-novos e infiéis. Por isso, não só a harmonia social foi mantida para contentamento de todos os fiéis católicos, como o apoio do alto clero e da Inquisição foi conquistado. Juntando isto à política de nobilitação e de engrandecimento de casas portuguesas praticada ao longo da união (41 das 56 casas titulares portuguesas de meados do xvii foram aí criadas), gerou-se uma larga e eficaz base de relações clientelares e pessoais com a corte dos Habsburgos, cujos intermediários foram sobretudo as famílias Moura, Aragão e Silva.

O contrato estabelecido entre os estados do reino e o novo monarca por ocasião das Cortes de Tomar (Abril de 1581) também actuou como plataforma de integração, ao criar uma base jurídica de confiança dos súbditos no novo monarca. Contrato que definiu detalhadamente o lugar a ocupar por Portugal no conjunto das possessões de Filipe II, garantindo-lhe larga autonomia em diversos campos (sobretudo por ter proibido a nomeação de estrangeiros para cargos em Portugal) e respeitando a organização administrativa já existente, ao manter as funções de todos os tribunais e ao criar o Conselho de Portugal.

Embora durante o período hispânico só tenham ocorrido três reuniões de Cortes no reino (1581, 1583 e 1619), estas, dotadas de grande po-

der simbólico de evocação de um pacto primordial dos povos com o rei, foram importantes agentes de coesão, ao legitimarem o poder do novo monarca, ao serem palco do juramento de fidelidade dos estados ao monarca e seu descendente (uma inovação de D. Filipe I), ao restabelecerem a harmonia social quebrada pela crise sucessória. Ao cumprirem o seu papel de único representante legítimo da vontade dos corpos sociais e de espaço de diálogo político dentro do reino, as Cortes filipinas (ou melhor, a memória, que irá pairar sobre todos os reinados, das Cortes de Tomar e suas disposições) foram essenciais na aceitação dos novos monarcas pela sociedade e por cada um dos estados em particular (estados que viram os seus interesses salvaguardados por pactos específicos estabelecidos pelo monarca com cada um deles).

As modificações institucionais e alterações jurídicas feitas ao longo deste período processaram-se de acordo com o espírito inicial de preservação da autonomia do reino e respeitando sempre os moldes pelos quais se regia a vida administrativa moderna. As bases da organização institucional tinham sido lançadas durante a dinastia de Avis, havendo a registar alterações a nível formal, e não no espírito das instituições: a ausência física do monarca do território português e os longos anos sem convocação de Cortes resultaram no acréscimo de poder social por parte dos municípios e dos grupos aristocráticos. A criação das juntas e a crescente presença da autoridade do valido, que se fez sentir ao longo do

século xvii, não castraram a multitudine jurisdiccional do reino ou violaram o pacto de Tomar, ao contrário do que foi propagandeado pelos apologistas da Restauração e pela historiografia tradicional. Tal como nos restantes patamares da convivência hispânica, verifica-se uma coexistência entre as inovações e as permanências institucionais, pois o respeito pela autonomia portuguesa passou tanto pela preservação das tradições como por reformas institucionais que impedissem o marasmo do reino.

No entanto, embora a estabilidade institucional e jurídica do reino português tenha facilitado a sua integração na Monarquia Hispânica, ao permitir aos novos monarcas organizarem o seu governo ocupando as estruturas já existentes, sob o compromisso tomado em Cortes de respeitar o espírito destas instituições, esta mesma preexistência dificultou (se não mesmo impossibilitou) a estabilização do reino dentro da Monarquia Hispânica. Os moldes em que se firmaram as relações entre Portugal e o monarca colocaram este último na mira dos magistrados, que se arvoraram em guardiões do cumprimento dos acordos de Tomar, e na mira dos nobres e clérigos, que defendiam o seu recém-reforçado estatuto de intermediários entre o reino e o rei distante, gerando um clima de constante vigilância e susceptibilidade às reformas e de procura de alternativas à união dinástica.

Para tal contribuiu em muito a presença constante de fenómenos ideológicos e sociais de teor milenarista, como o sebastianismo, concretizados no aparecimento de indivíduos

que se faziam passar pelo rei desaparecido ou em formulações teóricas encetadas por D. João de Castro que impregnaram o discurso político dos que defendiam a ilegitimidade da herança filipina, nas investidas e acções diplomáticas empreendidas por D. António e seus partidários junto de círculos estrangeiros do poder (círculos não católicos: o partido protestante francês, a Inglaterra, as Províncias Unidas, o rei de Marrocos), bem como na literatura de propaganda a favor deste pretendente, na «dissidência tranquila dos Braganças», que optaram por se manterem afastados de cargos directos da governação lisboeta, mas que interferiram sempre nos círculos madrilenos, através do pagamento de elevadas tenças a alguns membros do Conselho de Portugal, a fim de zelar pelos seus interesses senhoriais e pelo seu elevado estatuto dentro da hierarquia do reino.

O caso dos Braganças, embora não tenha estado em primeiro plano no imaginário da dissidência política à monarquia filipina e não tenha actuado premeditadamente com fins de ocupação da coroa, pois «o seu patriotismo decorre da defesa da posição da casa» (p. 66), demonstra que a integração dos corpos portugueses na monarquia filipina não foi absoluta, não se devendo isto a resistências de tipo nacionalista, mas sim à permanência de fortes poderes paralelos e autónomos do poder régio, cujas acções e decisões eram decisivas no seu menor ou maior sucesso.

A esta possibilidade de os corpos sociais se oporem ou simplesmente

ignorarem as ordens régias chama Schaub «as formas subtis de rejeição». O modo como estavam dispostas as relações de força entre os vários corpos do reino permitia-lhes, sem ofenderem a dignidade régia, anular todas as ordens excessivas ou não convenientes aos seus interesses, bastando-lhes para isso demonstrar a sua injustiça (meio caminho andado para a acusação de tirania, de que foi alvo Olivares). «Prometendo sem cumprir», estes poderes centrífugos iludiam a autoridade régia pela omissão de informações, através de aparatos cerimoniais, de retórica política sebastianista, de demonstrações simbólicas do seu próprio poder, num jogo que resultava mais eficaz do que a oposição declarada.

O argumento da quebra explícita do contrato celebrado nas Cortes de Tomar por parte de D. Filipe III e do seu valido Olivares, forjado pela literatura da Restauração e que condiciona desde então a tripartição destes estudos, não deixa de ter o seu fundo de verdade. No entanto, e é esta a grande questão levantada por Schaub, tal não seria razão suficiente para conduzir ao levantamento restauracionista, pois estas transgressões existiram em todos os reinados e em todos provocaram protestos e reclamações, coexistindo em toda a linha com os já mencionados factores de concórdia. O que se regista no reinado de D. Filipe III (sobretudo na década de 1630) é a conjugação de vários factores internos e externos, que levam ao exacerbamento das tensões dos vários grupos sociais: as reformas fiscais numa sociedade

avessa a mudanças e sujeita a uma conjuntura de crise; a ascensão política de dois funcionários da justiça e das finanças (Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos), cuja influência se sobrepôs à alta nobreza; a prolongada ausência do monarca; a inexistência de Cortes, isto é, a falta de reactualização do pacto entre o rei e o reino, da relação com os corpos sociais, que permitia o amor dos súbditos pelo monarca. Os denominados «motins da fome» (1637), tantas vezes identificados como manifestações concertadas ideologicamente contra a dominação filipina e a tirania olivarista e orquestradas por facções nacionalistas aristocráticas, não foram mais do que reacções populares e municipais espontâneas a uma grave crise de subsistência que se fez sentir na altura em vários pontos da Europa. Tudo isto, aliado à politização das elites, consequência directa do fecho do sistema de clientelas criado por Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos, conduziu ao extremar de campos entre as facções cortesãs madrilenas e lisboetas, gerando um clima de extrema desconfiança e desconforto em relação ao governo de Olivares (o «bode expiatório» mais próximo e óbvio) e ao modo explícito como este tentou introduzir as suas inovações institucionais e fiscais em pontos do reino onde as hierarquias sociais não tinham coesão suficiente para lhes resistirem ou as assimilarem lentamente.

Assim, os dispositivos de integração social e política modernos que permitiram aos monarcas Habsburgos herdar e governar este reino foram os mesmos que permitiram a desinte-

gração da união. A Olivares, independentemente do teor das decisões que tomou e pretendia tomar, faltaram os apoios. Apesar de ter ascendido ao valimento, não conseguiu usufruir das redes das famílias mais influentes da corte: os Borjas e os Mouras (seus rivais para esse mesmo cargo) e as suas tentativas de se fazer rodear pelos Braganças nunca foram frutíferas. Assim, e ilustrando a especificidade das categorias políticas modernas, com D. Filipe III, existiram portugueses anti-olivaristas, que continuaram fiéis ao princípio da união dinástica (Bouza Álvarez chama a esta fidelidade «zelo forista»), indo alguns, como Manuel de Moura, para junto da corte madrilena após a Restauração. Daí que a questão da tomada de posição após a Restauração não possa ser colocada de forma linear, mas tenha de ser encarada de acordo com os laços de maior ou menor proximidade/dependência que as diferentes casas estabeleceram com a corte de Madrid. Muitas famílias bastante influentes mantiveram-se fora da lógica de vassalagem directa aos monarcas, pois a manutenção do seu prestígio assim o exigia (como é o caso da casa de Bragança).

Devedores da conjuntura desfavorável que a Monarquia Hispânica atravessava em meados do século xvii e da cultura política da idade moderna, o período filipino e a Restauração não podem ser interpretados levemente: são períodos complicados, não só pelo aproveitamento ideológico de que facilmente foram objecto e pela susceptibilidade emo-

cional que provocaram, como pelos diferentes níveis de interpretação que devem comportar e que nem sempre foram percebidos pelos historiadores e ideólogos que os trabalharam. Cada um destes níveis comporta sentimentos e intenções diferentes, condicionados pelo espírito de cada uma das épocas cronológicas a que correspondem.

Torna-se então importante esclarecer e distinguir alguns destes níveis, algo que é feito discreta, mas eficazmente, neste livro: em primeiro lugar, temos o modo como a união dinástica foi encarada na época, a ser estudada de acordo com as estruturas e conjunturas destes séculos. Depois, o modo como foi encarada após a Restauração, condicionando as interpretações posteriores e modificando estruturalmente a visão em relação ao passado imediato. O modo como se encarou conjuntamente o período filipino e a Restauração em épocas posteriores (já com conhecimento do desfecho) é outro aspecto a ter em conta: aqui se incluem as interpretações da historiografia portuguesa erudita do século XIX e parte do século XX, que analisou estes temas em termos de perda e de recuperação da soberania nacional portuguesa. Bons exemplos deste tipo de apropriação são autores como Luís Rebelo da Silva ou os manuais únicos do Estado Novo. Dentro deste nível cabe ainda a historiografia que procede à divisão deste período por reinados, vendo a Restauração como consequência da má gestão de D. Filipe III. Finalmente, temos o modo como a actual investigação científica

está a tratar este período e a rever as visões tradicionais.

Os moldes rígidos em que foi sentida e contada, desde 1 de Dezembro de 1640, a Restauração estão longe de captarem a fluidez e a interpenetração existentes entre as sociedades peninsulares antes e durante a união e que foram, elas próprias, destruídas pela radicalização de posições que a guerra implicou. Ao contrário do que se pensou até há umas décadas, a relação estabelecida entre as duas potências foi mais de reciprocidade do que de rivalidade. Reciprocidade promovida por alianças matrimoniais entre famílias das duas coroas (atingindo camadas médias da população), por elos clientelares que se fortaleceram com a ida de muitos portugueses para a corte madrilena, pela circulação de obras literárias, pela migração de muitos comerciantes a retalho e ambulantes portugueses por terras castelhanas (sobretudo Sevilha). Reciprocidade e permeabilidade que resultam incompreensíveis se o muro físico, cultural e mental da separação radical erguido pelo conflito não for transposto e encarado, também ele, como fruto de uma época em que a nova dinastia necessitou de hipérbolos para se implantar.

É este equívoco (ou parte dele), gerado pela incapacidade de distinguir os vários níveis de percepção de tão delicado período, que Jean-Frédéric Schaub vem desfazer com a sua pequena obra.